



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

**Local:** Rua Cuiabá, 48 Jd Portuguesa – Sala de reunião da Igreja Nova Aliança

**Data:** 23.05.2019

**Horário:** 8h30m

1 Aos vinte três dias de maio de 2019, realizou-se reunião Ordinária do Conselho Municipal dos  
2 Direitos da Criança e do Adolescente na sala 1 da Igreja Nova Aliança. A representante da diretoria, a  
3 primeira secretaria Ana Maria Nascimento, inicia a reunião dando boas vindas e convida os  
4 conselheiros de direitos a ocuparem as cadeiras da frente para início da plenária. **Justificativa de**  
5 **ausência: a presidente Rejane teve uma situação de saúde intempestiva impossibilitando o**  
6 **comparecimento na reunião. Também justificaram ausência** Cláudio Melo, Denise Caldeirão e  
7 Silvana Aparecida Valentim motivo de férias, Joed Crespo por motivo de tratamento de saúde.  
8 **Proposta de pauta: 1. Aprovação de Ata da reunião extraordinária do dia 21/05/2019.2. Mesa**  
9 **Redonda - Debate com o tema “Retratos da violência contra criança e adolescente”, com a**  
10 **participação da Profa. Doutora Andréa Pires Rocha – Depto Serviço Social/Uel e da Mestranda**  
11 **Kathia Regina Galdino Godoy – coord. CREAS III/SMAS. 3. Relato das Comissões e demais**  
12 **representações do CMDCA. 4. Informes.** A vice-presidente Mileni Secon, solicita a alteração de  
13 ponto de pauta do item 2, para primeiro ponto de pauta. Deliberação: Pauta foi aprovada com  
14 inversão do item 2 para primeiro ponto de pauta por unanimidade. Na sequência, Ana Maria  
15 agradece a presença de todos, destaca a presença dos conselheiros tutelares, agradecendo a  
16 presença da Promotora da Vara da Infância Aletéia. Destaca que se trata de uma reunião em que foi  
17 convidada toda a rede de atendimento, tendo na plenária representante das políticas públicas de  
18 saúde, educação, assistência social, Defensoria Pública e das Organizações da Sociedade Civil. Na  
19 sequência convida os educandos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro  
20 de Educação Marista para realizar uma apresentação que tem como enfoque a temática da  
21 violência. Foram realizadas três apresentações sendo que na primeira, por representação teatral  
22 houve enfoque nas situações veladas de violência que cotidianamente envolvem crianças e  
23 adolescentes, em situações ocorridas no contexto familiar, com pessoas que mantém,  
24 aparentemente uma boa relação com as famílias, mas que de forma oculta podem praticar violência  
25 contra as crianças. Houve uma apresentação circense que se referia a contexto sadio, de que todas  
26 as crianças e adolescentes tem direito, de brincar e se divertir de forma lúdica. Por fim, houve uma  
27 apresentação de dança em que também ilustrava atividades de lazer e capacidades artísticas das  
28 crianças. Encerrada as atividades Ana Maria agradece a apresentação dos educandos do Centro  
29 Educacional Marista que participam do Teatro, do Circo e do Projeto “Tô Aqui”. Destaca Ana Maria  
30 que o Conselho é o espaço legítimo de participação de crianças e adolescentes. Na sequência faz o  
31 agradecimento da presença do articulador municipal do prefeito Amigo da Criança Tadeu Felismino.  
32 **1. Mesa Redonda - Debate com o tema “Retratos da violência contra criança e adolescente.** Ana  
33 Maria convida a vice-presidente Mileni Secon para coordenar a mesa redonda com as palestrantes  
34 Andréa Pires Rocha Pires e Káthia Godoi com a temática do debate “Retratos da violência contra  
35 criança e adolescente.” A vice-presidente Mileni lembra os conselheiros de direitos após a  
36 finalização da mesa deverão continuar na plenária para os demais pontos de pauta. Informa à  
37 plenária que a mesa redonda compõe a programação organizada pela Comissão indicada pelo  
38 Conselho no mês de maio que marca a reflexão sobre a violência contra criança e adolescente. Na  
39 sequência agradece a presença da professora doutora Andréa Pires Rocha do departamento de  
40 Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina que gentilmente aceitou o convite para



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

41 participar da mesa redonda. A professora Andréa Pires Rocha inicia sua fala dizendo que não poderia  
42 deixar de colocar que o momento atual vivenciado no país tem associado as Universidades como  
43 corruptas e sem utilidade. Destaca que os professores são trabalhadores, cita como exemplo sua  
44 jornada de trabalho de aproximadamente dez horas diárias, além de outras atividades de família e  
45 doméstica. Destaca que a cada aula é necessário aprofundar os conhecimentos exigindo dedicação  
46 dos professores quanto ao trabalho desenvolvido no campo da formação. Se apresenta informando  
47 que é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), fez mestrado em  
48 Educação, Doutorado em Serviço Social pela UNESP em 2012 em que desenvolveu estudos sobre  
49 narcotráfico e crime organizado, os denominados adolescentes “mulas”, o pós doutorado foi  
50 desenvolvido no Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do  
51 Rio de Janeiro em 2018 pesquisou sobre a situação de juventude encarcerada, jovens presos por  
52 tráfico de drogas na Casa de Custódia. Coloca que a violência não pode ser entendida como  
53 individual mas deve ser compreendida num contexto social. Afirma que a violência é complexa e a  
54 forma como compreendemos a violência está relacionado à leitura e visão de mundo que as pessoas  
55 têm. Afirma que a violência estrutural é a gênese de todas as outras formas de violência. Aponta que  
56 o Estado capitalista neo liberal causa outras violências. Continua dizendo que o Estado reforça a  
57 violência. A associação da violência à polissemia se faz no sentido de que esta segunda palavra possui  
58 diversos significados. Explica que polissemia vem do grego poli que significa “muitos” e sema está  
59 relacionado a “significados”. Por isso, são inúmeros os conceitos e explicações sobre a violência e  
60 suas manifestações. Cita Alba Zaluar, ao explicar que a violência vem do latim *violentia*, que remete a  
61 *vis* - força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital.  
62 Segundo a autora, *“esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos*  
63 *tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a*  
64 *percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato*  
65 *como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente”*. Segundo Zaluar: *“Além de*  
66 *polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. [...] Não é possível,*  
67 *portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva*  
68 *e má. A questão é saber se existiriam valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores*  
69 *universais, o que obrigaria a pensar sobre a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos*  
70 *imporiam à liberdade individual ou coletiva”*. Andréa explica que é necessário compreender alguns  
71 aspectos da violência que é inerente ao modo de produção capitalista. Ilustra colocando que muitas  
72 vezes o violador não tem clareza da violência que pratica. Coloca como exemplo uma mãe que batia  
73 no filho por entender que o estava educando. Afirma a importância do conhecimento e que pode  
74 alterar hábitos culturais. Faz referência à violência de classe e da determinação da estrutura  
75 econômica. Alerta que muitas vezes é necessário judicializar para melhor proteger a criança, mas que  
76 o caminho é preventivo, pela educação. Existe um limite para agir em situações de violação de  
77 direitos quando há restrição à liberdade individual e coletiva. Destaca a importância de existirem  
78 mecanismos de proteção como no caso dos CREAS. Continua dizendo que a violência estrutural, faz  
79 uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abduca dela quando necessário), capaz  
80 de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais,  
81 normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua  
82 natureza. Cita autores que afirmam que *“a moderna violência está mecanizada e industrializada,*  
83 *enquanto que nossa maneira típica de imaginar a violência ou pensar a seu respeito é traduzida em*  
84 *termos de confronto direto entre indivíduos ou pequenos grupos”*. Destaca que há ainda a violência



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

85 *que não envolve força física, ou seja, “a distinção entre violência e outras formas coercivas de infligir*  
86 *danos, dor e morte fica enevoadada. Uma política que deliberada ou conscientemente conduz à morte*  
87 *de pessoas pela fome ou doenças pode ser qualificada de violenta”, o que muitos autores vão chamar*  
88 *de violência estrutural.”*

89 Explica que as ações de violência não podem ser consideradas como ações unicamente individuais,  
90 pois a materialização destas ocorre após inúmeras interferências no âmbito estrutural e ideológico cita  
91 como exemplo de situações de violência: o desmonte dos direitos humanos, encarceramento em  
92 massa, criminalização dos movimentos sociais, o ataque à democracia, a fome, o desemprego, a  
93 precariedade da saúde, a reforma da previdência, o ataque a educação, a liberação de armas.  
94 Apresenta uma charge em que está escrito Mapa da Violência tendo a imagem de pessoas assustada  
95 no meio de com canos de armas apontadas com as seguintes palavras de desigualdade social, exclusão,  
96 corrupção, educação precária, omissão, desemprego, drogas, preconceito. E que ainda temos uma  
97 transversalidade das categorias classe, raça e gênero e que isso interfere nas políticas públicas de ter  
98 este olhar sobre estas questões. O racismo no Brasil é uma questão estrutural e que estas violências  
99 atingem as crianças e adolescentes. Apresenta também uma reportagem da Revista Isto É, que faz  
100 referência a corte dos programas sociais e o aumento da fome no Brasil. Diz que seria melhor que as  
101 pessoas não precisassem do benefício do Bolsa Família, porém é preciso reconhecer que no contexto  
102 atual a situação das famílias fica pior sem o benefício. Fala ainda que para compreendermos a violência  
103 estrutural é preciso a situarmos na esfera da transversalidade que envolve as categorias classe, raça e  
104 gênero. Apresenta violências que atingem crianças e adolescentes: desigualdade de gênero, violência  
105 contra a mulher, racismo estrutural, desemprego, encarceramento em massa. Explica que tudo que  
106 atinge os familiares, atinge as crianças e adolescentes. Coloca que é impossível falar em violência sem  
107 contextualizarmos as violações dos direitos humanos que o Brasil vem sendo submetido. A Anistia  
108 Internacional afirma que a flexibilização da regulação sobre o porte e a posse de armas, que pode  
109 contribuir com o aumento do número de homicídios no Brasil; a nova política nacional sobre drogas,  
110 que eleva o caráter punitivo de tais políticas e atenta contra o direito à saúde; o impacto negativo  
111 sobre direitos de povos indígenas e quilombolas; a tentativa de ingerência indevida no trabalho das  
112 organizações da sociedade civil que atuam no Brasil; diversas disposições do pacote anticrime (como,  
113 por exemplo, a flexibilização da regulação da legítima defesa para o uso da força e de armas de fogo  
114 por parte da polícia). Apresenta outra charge que apresenta como herança que se faz presente no país:  
115 o racismo, o encarceramento em massa, a violência de gênero e a desigualdade social. Encerra sua fala  
116 apresentando a sistematização do projeto de extensão Aproxima-Ação: Direitos Humanos, ECA e  
117 Protagonismo na Cartilha “Multiplicando direitos”, tendo disponibilizado um exemplar para a  
118 biblioteca do Conselho. Coloca que não poderia deixar de dizer sobre o ataque frontal ao Conselhos  
119 como o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 que extingue e estabelece limitações aos colegiados  
120 da administração pública federal e que arbitrariamente revoga o decreto nº 8.243 que institui a Política  
121 Nacional de Participação de 2014. Deixa para que a Plenária possa pensar sobre a importância da  
122 defesa, manutenção e continuidade dos Conselhos, que também estão em risco, em um contexto cujo  
123 o Estado é o principal violador dos direitos sociais e humanos. Encerra sua fala fazendo que devem ser  
124 nosso lema a esperança a organização coletiva e a luta. *“Mariele semente e Paulo Freire presente”*.  
125 Mileni agradece a exposição da professora Andréa Pires Rocha. E convida Kátia Godoi, mestrande da  
126 UEL, psicóloga e coordenadora do CREAS III da Secretaria Municipal de Assistência Social a fazer uso  
127 da palavra. Kátia inicia falando sobre a história social da infância, de deixarem de ser reconhecidos  
128 como mini adultos para serem sujeitos de direitos. Contextualiza sobre o Código de Menores que fazia



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

129 distinção entre crianças e adolescentes pobre das demais crianças. Fala do avanço das legislações,  
130 enquanto marcos regulatórios fundamentais que junto com Conferências visam garantir direitos de  
131 crianças e adolescentes. Destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, principalmente os  
132 artigos 5 em que *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência,*  
133 *discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado,*  
134 *por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”*, o artigo 13 que estabelece que *“Os casos de*  
135 *suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra*  
136 *criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva*  
137 *localidade, sem prejuízo de outras providências legais.”* e o artigo 87 que se refere às linhas de ação da  
138 política de atendimento: II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia  
139 de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou  
140 reincidências; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de  
141 negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão. Em seguida, destaca a importância  
142 do Sistema de Garantia de Direitos ao se constituir em Rede Proteção: Escola, Centro de Educação  
143 infantil, UBS, hospitais, SCFV, NUCRIA, Conselho Tutelar, IML, Ministério Público, Vara da Infância e  
144 Juventude, Defensoria Pública, Acolhimento familiar e institucional. Explica sobre o CREAS/PAEFI, que  
145 na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, *“deve desenvolver serviço de apoio, orientação*  
146 *e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação*  
147 *de direitos. Tem como objetivo psicossocial à crianças, adolescentes com direitos violados e suas*  
148 *famílias, com vistas a interrupção dos padrões violadores de direitos presentes nas relações familiares*  
149 *e comunitárias, por meio do fortalecimento do papel protetivo da família e da sua inserção na rede*  
150 *serviços e demais órgãos do Sistema de Defesa e de Garantia de Direitos”*. Compreende *“atenções e*  
151 *orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos*  
152 *familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do*  
153 *conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social”*.  
154 Informa que em Londrina existem CREAS temáticos porque se o serviço anteriormente à  
155 municipalização era prestado por entidades a partir de públicos específicos. Centro POP – atende  
156 pessoa em situação de rua, CREAS II, o adolescente em conflito com a lei, CREAS III, crianças e  
157 adolescente em situação de violência e o CREAS IV, o idoso e pessoas com deficiência. Cita os autores  
158 Eloy e Guimarães para reafirmar que a *“violência possui diversas faces, algumas sutis, como aquelas*  
159 *provocadas pelas desigualdades sociais, pela discriminação, pelo preconceito e pela repressão. A*  
160 *família, veículo social e cultural da sociedade, carrega para dentro do lar a inapropriação das relações*  
161 *pessoais e sociais e reproduz hierarquias, opressões, vitimizações e abandonos”*. Explica que o CREAS  
162 III atende violências como física, psicológica, negligência – explica que difere da culpabilização da  
163 família quanto ela também é desprotegida, sendo estas de âmbito intrafamiliar. Também atende  
164 violência sexual, situação de rua e exploração sexual. Apresenta o total de famílias referencias com  
165 entrada de ficha do Sistema Nacional de Atendimento Médico Nacional – SINAN. Em 2018 foram 664  
166 fichas; em 2019 foram 244 fichas, totalizando 794 casos referenciados. Aponta que a violência sexual  
167 é a maior demanda do CREAS III com 42%, em seguida a violência física com 28%, a negligência com  
168 14%, seguido do trabalho infantil com 7%, a violência psicológica com 5%, a situação de rua com 3% e  
169 a exploração 1%. Coloca que está acontecendo uma reestruturação do atendimento àqueles em  
170 situação de rua e que se constata uma subnotificação da exploração sexual. No perfil dos agressores  
171 destaca-se os genitores, padrastos, avós e tios. Em relação a sexo a demanda é de 56% feminino e 44%  
172 masculino. Káthia aponta que os maiores notificadores de violência pela ficha SINAN é rede



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

173 Socioassistenciais com 28%, seguido do Ministério Público/ NUCRIA e Defensoria Público com 22%, o  
174 Conselho Tutelar aparece com 19%, a Saúde com 18% e a Educação com 13%. Questiona quais razão  
175 de poucas notificações pela educação que acompanha uma parcela significativa de crianças e  
176 adolescentes sendo necessário fazer essa análise. Apresenta a metodologia da Serviço. E apresenta  
177 alguns desafios tais como a articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e NUCRIA, excesso  
178 de demandas de audiência, produção de relatórios, grande número de casos recebidos por mês,  
179 trabalho em rede para acompanhamento das famílias, pactuar um fluxo da rede de proteção para  
180 atendimento e notificação de crianças e adolescentes em situação de violência, formação continuada  
181 dos profissionais, construção e atualização da metodologia, bem como publicização desta para a rede  
182 de serviços e usuários. Como referenciados por período de acompanhamento que de 2008 a 2014 são  
183 5% do total de famílias, de 2015 a 2017 tendo 34% do total de famílias, 2018 com 37% e 2019 com  
184 24%. Informa que em relação a área territorial o CREAS tem uma dupla por território, sendo Centro A,  
185 Leste A, Centro B e Leste B, Norte A, Norte B, Oeste A e B, Sul A e Sul B e Rural. Apresenta a ficha  
186 SINAN, informando o procedimento que a unidade notificadora preenche e digitaliza a notificação  
187 encaminhando copia para o Conselho Tutelar, CREAS III e Vigilância Epidemiológica. Termina dizendo  
188 que *“Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos”*. Mileni agradece a Káhtia pela exposição e  
189 dá início ao debate pela participação plenária. Esclarece que as inscrições serão feitas por bloco de três  
190 questões para serem respondidas pelas palestrantes. Antes a professora Andréia apresenta um vídeo  
191 intitulado *“Menimelímetros”* da poetisa Luz Ribeiro, que fala do contexto estrutural de do reflexo da  
192 violência na vida de meninos de periferia. Debate: Magali Batista de Almeida, ex-presidente do CMDCA  
193 e representante do Núcleo Irmã Sheilla, aponta que a ameaça sofrida pelos Conselhos apontado pela  
194 professora Andréia é uma realidade e há algum tempo e que o enfraquecimento decorre da alta de  
195 apoio do poder público. Também comenta sobre um vídeo que recebeu de sua filha que mora fora do  
196 país sobre a realização de um desfile no Mato Grosso com crianças que estariam para adoção.  
197 Questiona onde estava o Conselho Tutelar, o Ministério Público e demais órgãos do sistema de  
198 garantia de direitos que deixaram que isso acontecesse. A palestrante Andréa diz que Magali não  
199 apresenta uma questão para a mesa mas uma importante reflexão para vermos como os conselhos  
200 precisam de apoio para sua manutenção a ser viabilizada pelo poder público e que requer luta para  
201 que os Conselhos se fortaleçam. Em relação ao evento citado realizado no Mato Grosso, Jose Wilson,  
202 pede para responder dizendo que estamos na Semana Nacional da Adoção e que este evento foi feito  
203 por uma instituição séria e que as crianças todas eram crianças já adotadas estavam acompanhadas  
204 de suas famílias e outras que estão para adoção. E, que ninguém identificou quais crianças estão para  
205 adoção, critica a imprensa que fez uma reportagem equivocada sobre o evento. Esclarece que foram  
206 feitas Notas Públicas para explicar que o evento finaliza as ações realizadas durante a Semana da  
207 Adoção, que foi realizada dentro de um contexto específico. Aproveita a oportunidade para convidar  
208 a todos para o evento que será realizado em Londrina sobre campanha de adoção no dia 26.05.2019  
209 no Aterro que será um grande piquenique com famílias que já adotaram crianças. Mileni coloca que o  
210 esclarecimento é importante, que o conselheiro de direitos José Wilson atua no campo da defesa de  
211 direitos relacionado a adoção e representa a Organização Trilhas de Afeto. Solicita que esse assunto  
212 seja encerrado devido ao limite de horário das palestrantes. O conselheiro de direitos Eloi, se  
213 apresenta dizendo que representa no Conselho a Educação e pergunta sobre desafios e estratégias  
214 para que a educação enfrente o processo de violência nas escolas. A conselheira tutelar Mariana  
215 Rodrigues Moreira coloca sobre a violência estrutural causada pelo Estado e muitas violências  
216 acontecem e que o Conselho Tutelar fica limitado por não contar com uma rede proteção e que apoio



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

217 psicológico para as vítimas de violência. A conselheira de direitos Clarissa Morales Rando e  
218 coordenadora do CRAS Sul A aponta que atua em territórios desprotegidos e sem rede de serviços e  
219 que falta de serviços é que isso é angustiante. Aponta ainda que são as mesmas famílias atendidas e  
220 coloca sobre a importância de fortalecimento da rede local para que a dificuldade de comunicação e  
221 ações articuladas entre as políticas públicas não se configure em agressão provoca às famílias.  
222 Comenta ainda sobre a existência de uma sobrecarga de trabalho para os profissionais e que entende  
223 a dificuldade de participação nas reuniões de rede pelos serviços, uma vez que quando vai para a  
224 reunião o serviço, geralmente fica descoberto, por falta de reposição de pessoal. Mas afirma a  
225 necessidade de que a rede de serviços precisa se unir para melhor qualificar o serviço desenvolvido  
226 nos territórios. Marta que atua no PETI e representante da SMAS aponta a importância do registro das  
227 situações para reconhecimento do trabalho infantil. Reforça que a visibilidade da questão do  
228 Trabalho Infantil no município se reconhece com o registro das informações. A professora Andréa Pires  
229 Rocha aponta que as falas são para reflexões e que entende a dificuldade vivenciada pelas políticas  
230 públicas na absorção das demandas. Aponta que escola é um ambiente diverso e que tem várias  
231 possibilidades de trabalhar várias questões. E depende muito da visão de mundo dos profissionais e  
232 que estes profissionais. Valoriza a importância da formação dos trabalhadores. E, aponta que os  
233 professores têm sido discriminados por grupos conservadores reacionários e que isso impacta na  
234 desmonte das políticas públicas e que esbarra no neoliberalismo (Estado mínimo e Estado máximo de  
235 encarceramento em massa) e que tem sido referendado pelo Estado que tem deixado a cargo de  
236 Organizações da Sociedade Civil, aquilo que é seu dever de executar. E que tudo isso impacta na rede  
237 de serviços. Faz uma observação em relação a X Conferência Municipal que participou em relação a  
238 delimitação do número de propostas, da extensão das mesmas e do pouco espaço para debater-las.  
239 Afirma que a ausência de debate é reflexo da nossa sociedade que estamos vivendo. Kathia aponta que  
240 seu estudo tem trabalho com necropolíticas que são políticas de morte, tendo na baixa ou nula oferta,  
241 além daquelas que afetam a proteção a ser ofertada como o armamento, segurança pública. E, que  
242 esse contexto causa desânimo, mais que é preciso lutar e que mesmo com desmonte das políticas  
243 públicas é importante esse olhar dos profissionais da educação é válido para novas ações em conjunto.  
244 E responde à pergunta sobre dados estatísticos permanecerem em 2018, dos casos encaminhados  
245 permanecem 350 aproximadamente. E que muitos casos foram desligados pelo serviço. Mileni aponta  
246 uma fala da escritora Iolanda Guerra sobre resiliência e resistência que são importantes para reflexão.  
247 Dá por encerrada a mesa redonda agradecendo a presença de todos e diz que na sequência serão  
248 tratados os outros assuntos de pauta. **2. Aprovação de Ata da reunião extraordinária do dia**  
249 **21/05/2019.** Solicita se há alguma manifestação quanto a Ata. Não havendo ministração encaminha  
250 para votação. **Votação:** 11 favoráveis; 2 abstenções. **Deliberação:** Aprovação de Ata da reunião  
251 extraordinária do dia 21/05/2019. **3. Relato das Comissões e demais representações do CMDCA.**  
252 **Relato da Comissão de Cadastro:** Josiane Lima inicia informando que a Comissão apresenta parecer  
253 favorável à renovação de registro: a) Mantenedora Casa do Bom Samaritano Instituto de Promoção  
254 Social de Londrina executora do Centro de Educação Infantil Victória Mazetti Dinardi na área da  
255 educação desenvolvendo serviço de Educação Infantil. b) Organização Viver na área da assistência  
256 social modalidade de defesa de direitos com o serviço de apoio à criança e ao adolescente com câncer.  
257 A comissão de cadastro aponta que também analisou os processos do Centro de Educação Infantil  
258 Marabá, Creche Novo Amparo, Cáritas e Associação Cultural Profissionalizante e Filantrópica  
259 Profissionais para o Futuro e do Londrina Basquete Clube que se encontram com pendências de  
260 documento. **Deliberação:** Aprovado o registro da Casa do Bom Samaritano Instituto de Promoção



**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 23 de maio de 2019 –**

261 Social de Londrina executora do Centro de Educação Infantil Victória Mazetti Dinardi na área da  
262 educação desenvolvendo serviço de Educação Infantil. E, da Organização Viver na área da assistência  
263 social modalidade de defesa de direitos com o serviço de apoio à criança e ao adolescente com câncer.  
264 **Relato da Comissão de Fundo:** A coordenadora da Comissão Adriana informa que a Comissão tem  
265 realizado estudo sobre critérios a serem estabelecidos no Edital de Chamamento Público referente a  
266 Deliberação nº 52/2016 do CEDCA. E, apresenta para a Plenária a proposta com parecer favorável da  
267 Comissão: Critérios a serem estabelecidos no Edital de Chamamento público de recurso da Deliberação  
268 nº 52/2016 – CEDCA: Informa que foram respeitados os critérios definidos quanto a faixa etária de  
269 inserção no Programa de Aprendizagem e da deliberação do CEDCA. Poderão ser apresentadas  
270 projetos com itens de despesas com investimentos e custeio mediante apresentação no plano de  
271 aplicação. Propõe constar como artigo no Edital de Chamamento que cada proponente apresentará  
272 um único projeto, respeitando os valores máximos conforme o porte estabelecido por entidade. A base  
273 de referência deverá ser o número de adolescentes atendidos no mês de referência do Edital. Eixo 1:  
274 Até 100 adolescentes, será contemplado até duas propostas no valor de R\$ 38.791,83 cada; Eixo 2:  
275 Até 250 adolescentes, será contemplado até duas propostas no valor de R\$ 50.000,00 cada; Eixo 3: -  
276 Acima 250 adolescentes, será contemplado até duas propostas no valor de R\$ 75.000,00 cada.  
277 Havendo saldo será redistribuído entre os projetos aprovados em todos os eixos de forma igualitária.  
278 Iniciou-se a discussão entre os conselheiros de direitos, o conselheiro de direitos Fábio Henrique de  
279 Souza Oliveira aponta preocupação em relação à delimitação de prazo para a participação de  
280 Organizações da Sociedade Civil sem registro aprovado no Conselho, em função de situação vivenciada  
281 em experiências anteriores de Chamamento Público em que a Comissão de Cadastro recebe pressão  
282 para análise em curto espaço de tempo e aprovação para que entidades possam ser contempladas por  
283 editais. Ana Maria aponta a importância de manter a exigência do registro do CMDCA para participar  
284 do processo de Chamamento. José Wilson coloca que pode constar no Edital a exigência de registro  
285 válido na data de publicação do Edital de Chamamento Público. Edsonia aponta que o CEDCA realizou  
286 a deliberação com base em uma realidade existente no município em 2016 e lembra sobre a previsão  
287 de recurso deliberada no plano de aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do  
288 Adolescente para execução em 2020 de recurso para a Aprendizagem. Também foi levantado dúvida  
289 sobre o texto apresentado pela Comissão, tendo sido feitas adequações para que a informação ficasse  
290 mais clara quanto a apresentação de uma única proposta por entidade e caso não seja apresentado  
291 proposta ou seja indeferida o valor constituirá com saldo. Informado pela Comissão que os demais  
292 critérios de desempate das propostas não serão apresentados de modo que os representantes de  
293 entidade nesta categoria não tenham informação privilegiada pela participação na Plenária.  
294 **Deliberação:** Aprovado critérios a serem estabelecidos no Edital de Chamamento Público referente a  
295 recurso da Deliberação nº 52/2016 – CEDCA. Deve ser respeitado os critérios definidos pela  
296 Deliberação do CEDCA quanto a faixa etária de inserção no Programa de Aprendizagem. Poderão ser  
297 apresentados projetos com itens de despesas com investimentos e custeio mediante apresentação no  
298 plano de aplicação. Cada proponente apresentará um único projeto, respeitando os valores máximos  
299 conforme o porte estabelecido por entidade. A base de referência deverá ser o número de  
300 adolescentes atendidos no mês de referência do Edital. Eixo 1: Até 100 adolescentes, será  
301 contemplado até dois proponentes com uma única proposta no valor de R\$ 38.791,83 cada; Eixo 2:  
302 Até 250 adolescentes, será contemplado até dois proponentes com proposta única no valor de R\$  
303 50.000,00 cada; Eixo 3: Acima 250 adolescentes, será contemplado até dois proponentes com proposta  
304 única no valor de R\$ 75.000,00 cada. Havendo saldo será redistribuído entre os projetos aprovados em



## **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 23 de maio de 2019 –**

305 todos os eixos de forma igualitária. Poderão participar as Organizações da Sociedade Civil com registro  
306 válido na data de publicação do Edital. Os demais critérios de desempate serão indicados para  
307 Comissão de Fundo para o órgão gestor responsável pela elaboração do Edital de Chamamento  
308 Público. Aprovado com um voto contrário. A conselheira de direitos Domingas pergunta sobre  
309 processos de inexigibilidade, solicita informações sobre o andamento do processo. O conselheiro de  
310 direitos Fábio solicita informações sobre a execução da deliberação nº 62 referente ao Serviço de  
311 Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ana Maria aponta que alguns dos projetos dentro Processo  
312 de Inexigibilidade estão andamento. Sugerido que seja oficializado à Secretaria Municipal de  
313 Assistência Social solicitando informações. A vice-presidente Mileni aponta que o controlador-geral do  
314 Município Newton compareceu na reunião para apresentação do Relatório de Gestão dos Direitos da  
315 Criança e do Adolescente - 1º Quadrimestre 2019. Informa que houve uma reunião da Controladoria  
316 com a diretoria representada pela presidente Rejane e o segundo secretário Cláudio tendo sido tratado  
317 sobre o Relatório de Gestão. Em razão de não ter sido realizada reunião da diretoria não há informação  
318 sobre o tratado nesta reunião. O controlador tinha a informação que o Relatório de Gestão seria  
319 pautado nesta reunião, porém isso não aconteceu. O Controlador solicitou que fosse apresentado  
320 desculpas ao Conselho por não ter conhecimento do fluxo estabelecido, tendo somente encaminhado  
321 a apresentação e o parecer sem a solicitação de pauta. Mileni coloca para a Plenária que a audiência  
322 pública está agendada para o dia 29.05.2019, devendo acontecer com a emissão de parecer deste  
323 Conselho. Os conselheiros colocam sobre a realização de reuniões extraordinárias sequencias o que  
324 tem prejudicado a participação. O conselheiro Fabio coloca que é uma prática do governo municipal  
325 vir para o Conselho com situações intempestivas e que atropela o processo, a análise e prejudica a  
326 deliberação do Conselho pela pressão por aprovação. Defende que não deve ser realizada reunião  
327 extraordinária por esse motivo, devendo seguir o fluxo estabelecido pelo Conselho, uma vez que o  
328 relatório não foi apresentado com a antecedência necessária para tramitação e emissão de parecer  
329 pela Comissão de Fundo e posterior deliberação pelo Conselho. A coordenadora da Comissão de Fundo  
330 também concorda com o posicionamento do conselheiro e vê com preocupação a Comissão ter que  
331 se reunir de forma não planejada para análise do documento. Refletido sobre a importância que o  
332 relatório de gestão esteja acompanhado do parecer no Conselho para que a Câmara Municipal  
333 reconheça a decisão estabelecida pelo Conselho. Mileni pondera para a Plenária quanto o  
334 desconhecimento dos acordos que foram firmados entre a Controladoria e a Diretoria do Conselho e  
335 encaminha para deliberação a proposta de realização de reunião extraordinária pela Comissão de  
336 Fundo e do Conselho no dia 28.05. 2019. O conselheiro de direitos Eloi pondera sobre o  
337 desconhecimento do acordo firmado pela diretoria uma vez que aqueles que participaram não estão  
338 presentes na plenária para esclarecimento. Apontado que alguns dos conselheiros não estarão  
339 presentes pela participação no 2º Seminário Estadual de Enfrentamento às Violências contra crianças  
340 e adolescentes **Deliberação:** Realização de reunião extraordinária no dia 28.05 para apresentação do  
341 Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente referente ao 1º Quadrimestre 2019 e da  
342 Comissão de Fundo que anteceda a reunião para análise do documento e emissão de parecer.  
343 Aprovado com 2 abstenções e 1 voto contrário. **Informes:** a) Acontecerá no Município a 4ª  
344 Conferência Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina no dia no dia 15.06.19 às 08  
345 horas na OAB; b) Acontecerá a I Conferência Municipal de Esporte e Lazer. Edsonia destaca a  
346 importância que os conselheiros de direitos participem destes dois espaços. Nenhum conselheiro se  
347 manifestou ficando encaminhado que deverá ser encaminhado por e-mail para conhecimento e  
348 manifestação da participação referente aos dois eventos. c) O Conselho Tutelar informou o CMDCA



**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 23 de maio de 2019 –**

349 que o NEDDJJ estaria com dificuldades de continuar suas atividades, tendo sido solicitado intervenção  
350 do Conselho. O CMDCA expediu o Ofício n081/2019 – CMDCA ao Núcleo de Estudos e Defesa dos  
351 Direitos da Infância e Juventude – NEDDJJ, na pessoa da coordenadora Professora Doutora Claudete  
352 Carvalho Canezin, destacando a importância do trabalho realizado pelo Núcleo para o município e  
353 solicitou informações sobre a continuidade das atividades desenvolvidas. Colocando-se à disposição  
354 para apoio ao trabalho desenvolvido pelo Núcleo. Em resposta ao Ofício foi encaminhado e-mail com  
355 a seguinte informação: *“A informação que temos é que até junho as atividades continuam, após essa*  
356 *data, dependemos do governo liberar um novo edital”*. Considerando que não foi solicitado a  
357 intervenção do Conselho, fica a informação registrada na Plenária. d) Informado que o Estado está  
358 solicitando a indicação da Comissão Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e  
359 Adolescentes e que a diretoria irá analisar se corresponde a uma nova Comissão ou se será indicado o  
360 Comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes  
361 vítimas ou testemunhas de violência estabelecido pela resolução nº 46. e) o Coordenador do Comitê  
362 de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas  
363 ou testemunhas de violência Fábio Sato da Defensoria Pública informa que acontecerá uma formação  
364 para profissionais da rede de educação, saúde, inclusive para profissionais de hospitais, assistência  
365 social sobre a escuta especializada no dia 25 de maio, das 8h às 14h na Associação Médica de Londrina  
366 tendo como palestrante a psicóloga do NUCRIA, Cristina Fukumori Watarai. Mileni encerra a reunião  
367 agradecendo mais uma vez a colaboração do Centro Educacional Marista pela apresentação realizada,  
368 ao conselheiro de direitos Pastor Wagner pela cessão do espaço para a realização desta reunião  
369 ampliada. Sem mais nada a constar, eu, Ana Maria do Nascimento, lavrei e a presente ata para  
370 apreciação pela plenária.